



Número: **0600854-60.2020.6.16.0075**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **13/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600630-56.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600854-60.2020.6.16.0075 que julgou procedente em parte os pedidos iniciais para o fim de confirmar a decisão liminar que não vislumbrou qualquer óbice à divulgação da pesquisa registrada sob nº PR-00466/2020 junto ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE fundada no art. 2º da Resolução TSE nº 23.600/2019, mas que autorizou o acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados, seja de forma eletrônica/digital ou mediante acesso à sede da Empresa responsável pela realização e divulgação de pesquisa eleitoral, nos termos permissivos do art. 34, § 1º, da Lei nº 9.504/97 e art. 13, § 1º, da Resolução TSE nº 23.600/2019. (Representação - Impugnação Pesquisa por coligação Por Amor à nossa Terra e Nossa Gente em face de Ângulo Instituto Analítico de Pesquisas Ltda; Pesquisa Eleitoral nº PR-00466/2020 (Data de registro: 31/10/2020 - data de divulgação: 06/11/20), para o cargo de prefeito, no município de Toledo/PR, pela empresa Ângulo - Instituto Analítico de Pesquisas Ltda., contratada pela própria empresa. RE6**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
POR AMOR À NOSSA TERRA E NOSSA GENTE 19-PODE / 10-REPUBLICANOS / 17-PSL / 22-PL / 20-PSC (RECORRENTE)		CAMILLA THOMAZIA PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) FRANCIANE PIMENTEL FAGUNDES (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO) SADI NUNES DA ROSA (ADVOGADO)	
ANGULO - INSTITUTO ANALITICO DE PESQUISAS LTDA (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20547016	25/11/2020 08:26	Decisão	Decisão

Autos nº 0600854-60.2020.6.16.0075

RECORRENTE: POR AMOR À NOSSA TERRA E NOSSA GENTE 19-PODE / 10-REPUBLICANOS / 17-PSL / 22-PL / 20-PSC

Advogados do(a) RECORRENTE: CAMILLA THOMAZIA PEREIRA DA SILVA - SC0050045, FRANCIANE PIMENTEL FAGUNDES - PR0076928, MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - PR0086684, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - PR0062051, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - PR0022076, SADI NUNES DA ROSA - PR0045948
RECORRIDO: ANGULO - INSTITUTO ANALITICO DE PESQUISAS LTDA
Relator: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto pela **Coligação “por amor à nossa terra e nossa gente”** contra sentença do juízo *a quo*, que julgou parcialmente procedente a impugnação ao registro de pesquisa ajuizada em face de **Ângulo Instituto Analítico de Pesquisa LTDA**.

Não houve a apresentação de contrarrazões (id. 19061966).

Certificado que a subscritora das razões recursais não juntou procuração nos presentes autos, houve a suspensão do processo para que houvesse a regularização (id. 19287516).

Na mesma oportunidade em que regularizou a representação (id. 20178316), a recorrente afirmou que, “com a superveniência das eleições, exauriu-se o objeto do presente recurso, diante da perda de interesse processual”.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Destaco, de início, que a recorrente tinha como objetivo único a não divulgação de pesquisa eleitoral, sob o argumento de que presente suposta ilegalidade.

Ocorre que, durante a tramitação dos autos nesta instância recursal, houve a superveniência das eleições, ocorridas no dia 15/11/2020. Assim, resta patente a perda superveniente do interesse processual de que dispunha a recorrente, inexistindo, pois, qualquer utilidade em ser examinada a controvérsia.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTOS. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

I. Precedentes: TRE-PR Rep. 3249-18, Rel. Lourival Pedro Chemim, julgado em 27/10/2014; TRE/PR, MS Nº 3477-90.2014.6.16.0000, Relator: Dr. Josafá Antonio Lemes, 24 de



n o v e m b r o d e 2 0 1 4 .

II – O término do período de propaganda eleitoral importa na perda superveniente do interesse recursal, nas representações que versam sobre divulgação de pesquisa eleitoral .

III – O recurso não pode alterar a conclusão da decisão monocrática, pois o pleito eleitoral já se encerrou no dia 05/10/2014 .
[TRE/PR, AgRg-MS nº 453-83, rel. Dr. Lourival Pedro Chemim, j. 06.10.2016; não destacado no original]

Ainda:

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2017 – MANDADO DE SEGURANÇA – PESQUISA ELEITORAL – SUPERVENIÊNCIA DAS ELEIÇÕES – PERDA DE OBJETO – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO .

1. Com a superveniência das eleições, não subsiste interesse processual relacionado à divulgação ou não de resultados de pesquisa eleitoral. Precedentes do TRE/PR e do T S E .

2. Mandado de segurança prejudicado. Processo extinto sem resolução do mérito [TRE/PR, MS 12352 DJe 07.04.2017; não destacado no original].

Assim, restando prejudicada a análise do mérito do presente recurso, o não conhecimento é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Ante a perda superveniente do objeto, NÃO CONHEÇO do recurso por reputá-lo prejudicado, nos moldes do art. 31, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se. Intime-se.

Curitiba, 24 de novembro de 2020.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

